

Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Lei nº 1.267, de 28 de fevereiro de 2019.

**Altera a Lei nº 1.216, de 29 de setembro de 2017 e
adota outras providências.**

O **Prefeito do Município Marechal Deodoro**, Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados ou acrescidos, na Lei nº 1.216, de 29 de setembro de 2017, os dispositivos abaixo, que passam a vigorar com as seguintes redações, supressões ou acréscimos:

*“**Art. 33-A.** No que se refere aos serviços descritos no item 21.01 da lista de serviços do caput do art. 8º, a base de cálculo considerada para apuração do imposto devido será a Receita Bruta mensal, resultante da soma dos emolumentos e demais receitas relacionadas aos serviços de registros e de atos notariais, inclusive cópias, plastificações, encadernações, entre outros. (AC)*

***Parágrafo único.** Não se integram à base de cálculo os valores recebidos em benefício de terceiros, que sejam integralmente repassados ao Poder Público. (AC)”*

*“**Art. 174.** (...)*

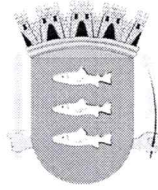
***Parágrafo único** – No caso do MEI Microempreendedor Individual (MEI), as Taxas de Licença para Instalação e para o Funcionamento serão calculadas de acordo com o Anexo II-A desta lei”. (AC)”*

*“**Art. 181.** (...)*

(...)

III- o Microempreendedor individual –MEI, por (02) anos, contado de sua adesão ao regime tributário de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; (NR)”

*“**Art. 415.** A inscrição em dívida ativa far-se-á até o último dia de dezembro de cada exercício, relativamente a fatos geradores ocorridos no ano anterior, na forma do Regulamento. (NR)*



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

§ 1º Enquanto não inscrito em dívida ativa, a Secretaria Municipal de Finanças tentará cobrança administrativa, inclusive por meio do protesto extrajudicial ou, ainda, do cadastro em órgãos de proteção ao crédito. (NR)

§ 2º Os créditos cuja exigibilidade estiver suspensa, nas hipóteses previstas no art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, serão inscritos em Dívida Ativa, quando intimado o sujeito passivo acerca da decisão definitiva e não pago ou parcelado o valor total devido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da notificação. (AC)”

“Art. 417. Os honorários advocatícios incidirão a partir da inscrição em Dívida Ativa e serão cobrados de maneira não cumulativa, sobre a totalidade do crédito, devidamente acrescidos de correção monetária, multa, acréscimos moratórios e encargos legais na proporção de 10% do valor efetivamente pago. (NR)”

“Art. 420. Cabe à Procuradoria Geral do Município gerir e promover a cobrança judicial da Dívida Ativa do Município. (NR)”

Art. 421. (...)

I – de diminuto valor e onerosa cobrança, assim considerados os de natureza tributária, cujo valor atualizado seja igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais);

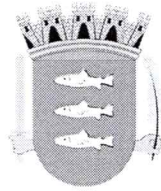
(...)

§ 1º O valor a que se refere o inciso I deste artigo é o resultante da atualização do respectivo crédito originário com os acréscimos legais e contratuais, inclusive os honorários, vencidos até a data da apuração. (NR)”

“Art. 423. Nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à inscrição do crédito tributário em dívida ativa, a Secretaria Municipal de Finanças tentará, sempre que possível, cobrança amigável e extrajudicial. (NR)”

“Art. 459-A. Consumada a prescrição, os créditos tributários serão extintos, de ofício ou a requerimento do contribuinte, não cabendo qualquer restituição de quaisquer importâncias recolhidas anteriormente. (AC)

Parágrafo único. O requerimento para reconhecimento de prescrição será protocolado junto à Secretária Municipal de Finanças que, por parecer fundamentado, determinará ou não a extinção do crédito tributário, salvo nos casos em que apresente inscrição de dívida ativa, quando os processos deverão ser remetidos à Procuradoria Geral do Município, que deliberará sobre o pedido.”



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Art. 2º Fica inserido o Anexo II-A na Lei nº 1.216, de 29 de setembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redação: (AC)

ANEXO II-A

TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO-MEI (AC)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (RS)
1. Microempreendedor Individual (Por 02 anos)	Isento
2. Microempreendedor Individual (A partir do 2º ano)	200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Marechal Deodoro/AL, 28 de fevereiro de 2019.

Cláudio Roberto Ayres da Costa
Prefeito

Certifico que a presente Lei fora afixada no mural da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro/AL, situada na Rua Dr. Tavares Bastos, s/nº, Centro, Marechal Deodoro/AL, para fins de publicação, conforme determina o art. 37, da Constituição Federal.

Marechal Deodoro/AL, 28 de fevereiro de 2019.

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho
Secretário Municipal de Governo